

Tela de Jean Baptiste Debret
"Voyages au Brésil: Retour d' un propriétaire" (1816-1831)

DE CENTENÁRIOS E DE CONSTRUÇÕES INACABADAS¹

Luiz Afonso Simoens da Silva

Introdução

Uma fotografia do primeiro centenário da independência do Brasil mostra um país pobre, mas confiante quanto a um futuro de modernidades. Uma fotografia do segundo centenário retrata um povo pessimista. O que mudou? Como um povo miscigenado, de baixa instrução, mas pleno de ritmo e amante de música, conseguiu abrir caminho num ambiente racista e patriarcal? Uma abordagem materialista explica bem o desenvolvimento brasileiro a partir da segunda metade do século XIX, mas nos quatrocentos anos anteriores foi a cultura – a música, a arte, a cozinha – que definiu o homem brasileiro. Um novo homem para um novo país. Um homem inacabado, porém.

1. O Brasil Colonial

I. O livro *As Doenças do Brasil*, de Valter Hugo Mãe é ambientado nos primórdios da colônia e é centrado em dois personagens inesperados: o principal é um jovem índio Abaeté, fruto de um estupro de uma índia por um homem branco; o segundo, um negro forte com terrível bafo de jacaré, foragido da escravidão. Logo nas páginas iniciais, o autor faz referência a uma curiosa carta de Frei Vicente do Salvador ao comentar o comportamento cotidiano do conquistador da terra:

¹ Artigo concluído em maio de 2023.

Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas é uma piedade, porque atendo-se uns aos outros nenhum as faz, ainda que bebam água suja, e se molhem ao passar dos rios, ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isto vem de não tratarem do que há cá de ficar, senão do que hão de levar para o reino (*Mãe*, 2021:15).

Início sintomático. Os trezentos anos seguintes ao descobrimento não mudaram a essência do processo de exploração econômica predatória que mesclava ocupação de terras, mão de obra escrava e monocultura voltada para exportação. Furtado (1963; caps. VIII/XV) analisou a agricultura tropical dos séculos XVI/XVIII. Sinteticamente, a economia açucareira do Nordeste do Brasil tornou-se a produção mais rentável da época. A riqueza durou enquanto o monopólio do açúcar repousou nas mãos dos portugueses e de seus aliados holandeses. Quando da ruptura da aliança, a colônia brasileira entrou em decadência, porque a economia escravista não gerava dinâmica para mudanças de rumo.

O mesmo ocorreu no Ciclo do Ouro das Minas Gerais, no século XVIII. Portugal se articulou com a Inglaterra, que iniciava sua fase industrializante. A Portugal não coube mais que o papel de entreposto comercial. O ouro está na origem do desenvolvimento da banca inglesa e de sua expansão manufatureira. Para o Brasil, restou apenas forte expansão populacional. A um princípio promissor, seguiu-se uma queda na produção de ouro nos anos finais daquele século e outro período de decadência.

O café surgiu como nova fonte de riqueza, por volta de 1790, e se firmou como principal produto de exportação brasileiro na época da Independência, junto com o tabaco. Mais uma vez, com base na exploração escravocrata, em fazendas que se espalhavam pelas terras próximas à capital. Como esperado, a decadência também se deu à medida que o século avançava (Furtado, 1963, cap. XVI/XX).

II. No mês de março de 1808, o Príncipe Regente de Portugal, Dom João, e sua corte chegaram à cidade do Rio de Janeiro fugidos das tropas de Napoleão Bonaparte. Mais adiante, por morte de sua mãe, a rainha Dona Maria, a Louca, ele se tornou o Rei Dom João VI, do Brasil, Portugal e Algarves. As comemorações dos duzentos anos de sua chegada propiciaram uma reavaliação do personagem histórico, pelo menos nas esferas econômica e cultural, mas principalmente na questão da unidade nacional.

Quando o rei Dom João VI voltou a Portugal, em 1821, algo havia mudado. A estadia da corte portuguesa no Brasil havia propiciado um primeiro surto de desenvolvimento econômico, com a abertura dos portos. Nada de muito significativo.

Acadêmicos e jornalistas mostraram que, à época de sua chegada, o Brasil não existia nem mesmo na consciência de seus habitantes. Havia, pelo menos, três províncias distintas do Império Português na América, que mal se comunicavam entre si: o Grão-Pará, que englobava toda a Amazônia; o Nordeste, que abrigara a primeira capital da colônia, Salvador, berço da exploração da cana de açúcar; e o Sudeste-Centro-Sul, onde se localizava a segunda capital, o Rio de Janeiro. No ano seguinte a sua partida, o Brasil ficou relativamente independente e o jovem regente se tornou o Imperador Pedro I. Mais importante, pela centralidade dada à capital, o conceito de brasilidade se firmou e fortaleceu o governo no enfrentamento dos movimentos rebeldes (Gomes, 2007).

Hoje se compreende que Dom João VI deixou um legado respeitável: a independência e a integridade territorial, que introduziram o país no restrito clube dos maiores países em extensão territorial. Essa foi uma experiência distinta da de seus vizinhos da América Espanhola, que se fracionaram em vários países, apesar da herança cultural comum. É claro, porém, que ao embarcar de volta a Portugal, D. João VI levou todos os recursos financeiros da colônia. Logo, o país se libertou, mas teve de se endividar junto aos banqueiros ingleses. Começou aí a série de crises, cuja causa estava no déficit recorrente de sua balança comercial, fruto do desequilíbrio entre os preços dos produtos primários de exportações e os preços dos produtos industrializados importados.

III. Desviando o olhar da estrutura econômica da colônia, a pergunta que se coloca é: como se desenvolveram as relações sociais entre a elite branca europeia e a vasta população escrava negra? Um ato paradigmático ocorreu na Bahia, em 1707, relatado por Didier (2022:cap.12): Dom Sebastião Monteiro da Vide, do arcebispado da Bahia, incentivou os senhores de engenho e fazendeiros a permitirem que seus escravos guardassem os domingos e dias santificados para as celebrações cristãs. O objetivo da igreja tinha a ver com o aumento dos crentes, mas acabou tendo relevância nos costumes e na cultura. A elite local aceitou a solicitação da igreja, provavelmente porque ainda estava viva a memória do *Quilombo dos Palmares*, em Alagoas, e pelo medo de que os escravos voltassem a se rebelar e fundassem um estado independente dentro do território colonial. Dom Sebastião elencou 39 datas santificadas, que, somadas a 52 domingos, resultaram em 91 dias (cerca de 25% do ano) de descanso aos escravos. Um ócio voltado às práticas religiosas, particularmente às procissões, mas que também foram aproveitadas pelo povo para o desafogo de suas dores por meio das danças e cantos de origem africana.

Um século depois, entre 1817/20, uma Missão Austríaca descreveu uma procissão

nas ruas da Bahia: eram alas de “beneditinos, franciscanos, agostinhos, carmelitas calçados e descalços, mendicantes de Jerusalém, capuchinhos, freiras e penitentes”, a exibir a “preciosidade de suas capas, bandeiras e insígnias”, com a “gravidade e altivez dos padres europeus e todo o esplendor da igreja romana”, em meio ao “barulho selvagem de negros exóticos, [...] cercados do bulício dos mulatos irrequietos” (Didier, idem).

A influência africana foi determinante na alimentação, na música, na dança e nos ritos religiosos. A mistura talvez incompreensível de convívio tão díspar entre europeus e africanos para os integrantes da Missão Austríaca começava, já então, a ser um marco fundamental da construção da sociedade brasileira. Na música do final do século XVIII, por exemplo, as famílias baianas de posses se serviam das partituras europeias das modinhas românticas. Na Europa houve, por essa época, uma *italianização* da modinha e foi essa tendência que entrou no Brasil junto com a chegada de Dom João VI. Simultaneamente, cresceu a influência negra com o malicioso lundu, que era música de versos lascivos e dança sensual dos negros, particularmente da Bahia.

2. O Grito de Independência de 1822

Gomes (2010: 17/18) afirma que “no ano de sua independência, o Brasil tinha, de fato, tudo para dar errado”. Era um país de analfabetos (de cada dez pessoas só uma sabia ler), coalhado de escravos (de cada três brasileiros, dois eram escravos), pobre e carente de tudo, porque sua economia agrária era rudimentar, dominada pelo latifúndio e pelo tráfico negreiro. Entre os brancos, havia medo de rebeliões dos escravos e as rivalidades entre as províncias apontavam para guerras civis. As províncias da América espanhola se desagregaram. Por que não deveria acontecer o mesmo por aqui?

Se o país não estava maduro para a independência, porque teriam os brasileiros levantado essa bandeira? Uma resposta possível passa pela tese de Sérgio Buarque de Holanda, para quem a grande ameaça era a da rebelião dos cativos. Por isso, a elite – traficantes de escravos, fazendeiros, senhores de engenho, charqueadores, comerciantes (Gomes, 2010:22) - sempre teria ficado ao lado de seu protetor, Dom Pedro I. Como essa elite era majoritariamente portuguesa, a independência se deu porque o Parlamento português queria a volta imediata do Imperador para submetê-lo a seu comando, o que envolveria os interesses portugueses no Brasil. Não foram os brasileiros que pegaram a bandeira da revolução. A independência veio a favor dos interesses portugueses locais.

O Grito se deu às 16h30, de 7 de setembro de 1822, nas proximidades do riacho do Ipiranga. Um imperador jovem de quase 24 anos recebeu correspondência de José

Bonifácio (“Senhor, o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores”) e de sua mulher, princesa Leopoldina (“Senhor, o pomo está maduro, colhe-o já!”). As pressões de Portugal eram enormes e chegaram em mau momento porque, naquele dia, ele estava desarranjado por algo comido no dia anterior. Ele estava montado em uma mula, da qual precisava se apeiar a intervalos irregulares para se aliviar no mato. É claro, portanto, que a situação nada tinha a ver com o fogoso cavalo que Pedro Américo lhe atribuiu no quadro *Independência ou Morte, de 1888* (Gomes, 2010:34/38), que se encontra no acervo do Museu do Ipiranga.

Bueno (2020: 13/14) apresenta interpretação interessante para o ocorrido: Dom Pedro partira para São Paulo por causa de uma rebelião. Por isso, ele passou o poder a Dona Leopoldina, em 13 de agosto de 1822, nomeando-a chefe do Conselho de Estado e Princesa Regente Interina do Brasil. Quem assinou o Decreto da Independência foi a princesa regente, a conselho de José Bonifácio, porque não havia tempo para esperar pela volta do marido, dadas as ameaças das Cortes Constituintes de Portugal. Só depois disso, ela e José Bonifácio enviaram as tais cartas, sugerindo que Dom Pedro proclamasse logo a Independência do Brasil. Outra curiosidade é que o Grito do Ipiranga se deu em 7 de setembro de 1822, mas só se concretizou em 2 de julho de 1823, quando as tropas brasileiras venceram o exército português em Salvador, que não aceitava a separação da colônia. “Na Bahia, até hoje a Independência é comemorada em 2 de julho”.

Um fato relevante são os números demográficos. De acordo com estimativas de Celso Furtado, a população brasileira andava por volta de 3,3 milhões de pessoas em 1800. Em 1823, o número havia subido para 5 milhões, segundo publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000:221). Os números devem ser tomados com um grão de sal, porque o 1º Censo Demográfico do País só ocorreu em 1872, quando a população já havia praticamente alcançado a marca de 10 milhões de habitantes.

3. O Brasil no Primeiro Centenário de Independência em 1922

I. Tempos marcados por inúmeras revoltas. No governo de Dom Pedro I, que durou até abril de 1831, os conflitos armados tiveram uma caráter republicano e separatista: a Confederação do Equador, em 1824, se passou em Pernambuco; em 1825, começou um conflito na Província Cisplatina, que redundou na independência do Uruguai em 1828.

Durante a Regência, os objetivos dos revoltosos se tornaram menos claros: em 1835, ocorreu o Levante dos Malês, onde 600 negros da etnia nagô e de fé muçulmana

lutaram pela sua liberdade na Bahia. A Cabanagem, em 1835/1840 se deu na Província do Grão-Pará, em função do pouco poder político da região junto à Corte. A Sabinada, em 1837/1838 ocorreu na Bahia e lutava pela instituição de uma república local provisória, que, curiosamente, durasse até a maioria do imperador.

A maioria de Dom Pedro II se deu em 23.07.1840. Foi sob seu governo que ocorreram novos conflitos, agora enfrentados por Luiz Alves de Lima e Silva, que, por suas vitórias, se tornou o Barão de Caxias, mais tarde Duque: a Balaiada aconteceu no Maranhão, em 1838/1841, em favor de melhores condições de vida. Sedições também irromperam no Vale do Paraíba paulista, em 1842 e em Minas Gerais na mesma época. Foram, dessa vez, movimentos de caráter liberal. O principal deles, porém, foi a Guerra dos Farrapos, que durou dez anos, no Rio Grande do Sul, entre 1835/45. A província sulista chegou a criar uma república e, conseqüentemente, o separatismo do Império estava implícito. Cheuiche (2022) descreve em detalhes o tamanho e a intensidade desse conflito. A Guerra do Paraguai se deu entre 1864/1870 e merece uma história à parte. No apagar das luzes do Império, a Guerra de Canudos, entre 1896/97, ocorreu no sertão da Bahia, onde o messiânico Antônio Conselheiro liderou 20.000 pessoas em sua luta contra a fome, a seca, a miséria e a desatenção do Governo Federal.

II. Em termos do desempenho econômico, o café começou a ser produzido no Brasil por volta de 1790 e já era o principal produto de exportação brasileiro na época da Independência, junto com o tabaco e o algodão. Como toda cultura escravagista, ela entrou em decadência, ou seja, a maior parte daqueles anos conviveu com baixo crescimento econômico. O diferencial só ocorreu mais para o final do século XIX, com a chegada de imigrantes e a adoção de um regime de trabalho assalariado à medida que as plantações avançavam sobre terras férteis do planalto central, no rumo de São Paulo.

Há uma tendência de achar que a industrialização brasileira começou na década de 1930, em decorrência do advento da Crise mundial de 1929. Essa crise teve forte impacto na economia cafeeira e impôs perdas no balanço de pagamentos do país. Por essa visão, é lógico supor que economias agrícola e industrial andavam em mãos opostas.

Estudos do pós-Segunda Guerra, como os de Caio Prado Jr (1970:257/269), abaixo sintetizado, refutaram essa abordagem. A indústria não nasceu da crise agrária, mas de uma natural tendência de diversificação para melhor atender ao consumo interno, que ficava sujeito às recorrentes crises cambiais; isto é, a indústria foi decorrência dos próprios interesses da economia agrária enriquecida.

O processo de desenvolvimento industrial do Brasil teve um início muito lento. A abertura dos portos, em 1808, aniquilou os primeiros e frágeis impulsos. O país apresentava uma série de dificuldades que o impediam de ser agressivo nessa esfera. Faltava energia porque o carvão nacional era pobre e de difícil exploração, faltava siderurgia e havia graves deficiências nos mercados consumidores. A população e a renda eram mínimas, o território era enorme e mal servido de redes de transporte.

Apesar disso, havia disponibilidade de mão-de-obra de baixo preço, típica de uma sociedade escravocrata, e era grande a produção de algodão. Por isso, houve desenvolvimento de pequenas indústrias, sobretudo a têxtil, na segunda metade do século XIX, ainda que limitadas a pequenos mercados. O primeiro surto apreciável só se deu no último decênio do século XIX, com aumento significativo no número de estabelecimentos industriais e no volume do investimento. Numa classificação por tipo, 60% da produção era têxtil, 15% alimentícia, 10% madeireira, 3,5% vestuário e 3% metalurgia.

O primeiro censo industrial ocorreu em 1907 e registrou crescimento do número de estabelecimentos e montante de capital investido. Geograficamente, sua distribuição era de 35% do Distrito Federal, a que se deve somar 7% do Estado do Rio de Janeiro, 16% de São Paulo e 15% do Rio Grande do Sul. Nenhum outro Estado chegava a 5%. Logo em seguida, face ao desenvolvimento da lavoura cafeeira, o Estado e a população de São Paulo enriqueceram e sua produção industrial subiu para 40% do total.

A Grande Guerra de 1914/1918 deu impulso à indústria, levando a que sua estrutura se modificasse na atividade alimentícia. Graças a novos processos de congelamento de carnes, a produção passou de 27% em 1907 para 40% em 1920, beneficiando sobretudo os estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Nessa fase, a indústria não conseguiu avançar tecnologicamente e sua manutenção só se dava por conta da proteção tarifária e cambial. Houve, porém, alguma acumulação de capital em firmas de imigrantes, como a dos Matarazzo. Em 1921, a Cia Belgo-Mineira se estabeleceu em Itabirito, mudando o patamar da exploração mineral. Depois da Guerra, no período 1919/1932, várias indústrias se estabeleceram no país, muitas delas originárias dos Estados Unidos, nos ramos de veículos, produtos farmacêuticos e químicos, eletricidade e alimentos, como farinhas e conservas. Os Estados Unidos impressionaram os brasileiros pelos seus produtos expostos na Exposição Internacional de 1922.

III. Retornando aos aspectos ligados à trajetória da música e da dança na colônia, um fenômeno que iria se tornar crucial ao longo do tempo, Didier (2022; cap. 11) resumiu os

padrões musicais preferidos no Brasil. Assim como a música baiana dos negros que se mudaram para a capital quando do episódio da libertação dos escravos, já desde o século XVII, também a música carioca obedecia a pulsações africanas do lundu, mistura de “cerimônia religiosa profana nascida do batuque”. Ela mostrava alta complexidade rítmica e sobriedade melódica e harmônica, enquanto a modinha europeia era mais complexa em harmonia e melodia, mas simples em ritmo. Por isso, perto da virada para o século XX, não importava mais o tipo de música que viesse da Europa. Fosse polca, fado, fandango, tango ou o que mais fosse, passaria a ser polca-lundu, fado-lundu, fandango-lundu, ou tango-lundu. O choro ocupou espaço especial, particularmente quando cavaquinho e violão enfrentavam os mais chorados fados e lundus.

A *belle époque* carioca (1898/1914) pretendia, diz Vianna (2012:44/50), dar um fim ao *Brasil Antigo*, um *Brasil Africano*, em favor da *Paris da Modernidade* e, por isso, entrara na moda da regionalização nos saraus nas casas abastadas, que traziam um gosto pelo *exótico nacional*. O Rei do Ouro, o primeiro Rancho carnavalesco, já reproduzira os festejos baianos em 1893. Chiquinha Gonzaga fez a primeira música, *Ô Abre-alas*, exclusivamente para o carnaval de 1899 do cordão Rosa de Ouro (Worms/Costa, 2002:33). “O interesse pelo nacional andava de mãos dadas com o interesse pelos últimos modismos internacionais”. Valia tudo e dessa mistura eclética predominavam o samba-baiano e o maxixe, que abriram caminho para o samba-carioca, nascido nas vizinhanças do Campo de Santana, na Praça Onze, no Catumbi e no Estácio de Sá (a *Cidade Nova*).

Didier (2022:cap.11) menciona que o agrião era plantado no Catumbi e que o jornal Rio Nu, libertino e humorístico, em 16.03.1907 citou uma certa Lulu, mulher de má fama, que seria popular na *zona do agrião*. Essa região foi o berço do samba batucado e das escolas de samba, na década de 1920/1930. Dela saíam as músicas de compositores cafetões do meretrício do Canal do Mangue, que, as mais das vezes, as vendiam para ídolos como Francisco Alves, que as cantava ou gravava com Mário Reis nas rádios recém inauguradas (as quatro primeiras entre 1923/1932) ou nos teatros.

A primeira escola de samba (*Deixa Falar*) foi fundada em 1928, no Largo do Estácio. Uma invenção do fluminense de Niterói Ismael Silva e seus companheiros, que conseguiram combinar um samba para *sambar* com um desfile pelas ruas, ao ritmo de surdo e tamborim. Definiu-se como obrigação que houvesse uma *ala das baianas*, para que não se esquecesse as origens afro-baianas do samba (Worms/Costa, 2002:34).

Muitas são as histórias dessa época. Uma fala de Hilária Batista de Almeida (a *Tia Ciata*), uma negra baiana fortemente voltada para a cultura africana, casada com um

doutor negro também baiano e bastante respeitado na profissão. Eles eram moradores da *Cidade Nova*. Vem também dessa época a expressão *Fundo de Quintal*. No início do século XX, os primeiros grupos de chorões foram formados pelo flautista Joaquim da Silva Calado e vários instrumentistas, que tocavam polca da Boêmia, o schottisches (*xote*) teuto-escocês ou a valsa da Alemanha e França. Tudo, é claro, com sotaque brasileiro, criatividade e improviso. Como a origem da música era europeia, a polícia não incomodava o salão-de-festa da *Tia Ciata*. O choro, porém, era um disfarce, porque no *fundo do quintal*, o que se tocava era samba. Em algum momento, Pixinguinha declarou:

O choro tinha mais prestígio naquele tempo. O samba, você sabe, era mais cantado nos terreiros, pelas pessoas muito humildes. Se havia uma festa, o choro era tocado na sala de visitas e o samba, só no quintal, para os empregados (Worms/Costa, 2002:15).

Noutro caso, consta que *Pelo Telefone* (1916) de Donga foi o primeiro samba gravado. O selo do disco diz tratar-se de um samba. Um jornal dizia tratar-se de um tango. Bem, o tango brasileiro pouco tinha a ver com o argentino. Ele era mais uma estilização da polca-lundu, segundo Ernesto Nazareth, autor de vários tangos brasileiros. Há registros de outros sambas gravados anteriores a ele: *Samba em Casa de Bahiana* (1913) e *Urubu Malandro* (1914). A própria letra teria sido escrita por Mauro de Almeida. Tais discordâncias eram costumeiras. Sinhô, uma figura paradigmática do samba, também costumava se apropriar de composições alheias. Dele veio a frase: “Esse samba eu peguei no ar e samba é como passarinho. É de quem pegar” (Worms/Costa 2002:21).

Por isso, é mais gostoso destacar que a música instrumental de *Carinhoso*, um choro de Pixinguinha, foi feito no mesmo período de 1916/1917, sendo gravado somente em 1928. Mais tarde, ele recebeu letra de João de Barro e foi gravado por Orlando Silva, em 1937. Este sim, é um hino de amor que transcende o tempo. Por estar na ponta da língua de qualquer brasileiro, bem que podia ter sido o hino nacional brasileiro.

IV. Apesar da aparência festeira dos anos da *belle époque carioca*, a entrada no século XX não poderia ter começado pior no mundo. A Grande Guerra começou em 1914 e levou à morte milhões de soldados e civis. Em 1918, a Gripe Espanhola se espalhou pelo mundo, quando os militares infectados nas trincheiras do conflito voltaram para casa. O Brasil, obviamente, não estava preparado para enfrentá-la. A porta de entrada foi o Rio de Janeiro, quando aportou o *Correio Britânico*, em 16 de setembro. Recheado de marujos cansados de tanto mar e ávidos de aventuras, eles invadiram todas as gafieiras que puderam e passaram o vírus para as mulheres que lhes abriram os braços. Eram muitos os

prostíbulos, que agasalhavam a população negra e pobre, abandonada a sua própria sorte na Abolição de 1889. “Em poucos dias, começaram as mortes” (Castro, 2019:17).

Em 1920, o censo demográfico apontou para 30,6 milhões de habitantes no Brasil. Castro (2019:31) fala em 1,1 milhão no Rio de Janeiro e 579 mil em São Paulo. Ou seja, entre 1823 e 1920, a população multiplicou seis vezes. Apenas o Rio de Janeiro passava de um milhão de habitantes e São Paulo acelerava o passo. O país era basicamente rural.

Um aumento de tal envergadura não podia deixar de marcar o ambiente político de uma república onde dos cerca de 31 milhões de habitantes não mais de 2 milhões tinham direito a voto. A primeira turma de jovens militares, saídos das classes médias, se formou em 1918. Quatro anos depois, em 1922, já tinham ideias acerca do país e alguns já comandavam canhões. Jovens oficiais do Exército pegaram em armas em 1922, no Rio, e em 1924, em São Paulo. O Governo Federal esmagou as duas rebeliões, à custa do massacre dos *18 do Forte* por 2000 soldados nas areias de Copacabana, em 22, e do bombardeio aéreo da cidade de São Paulo, em 24.

Enquanto as pedras políticas se posicionavam no tabuleiro, as luzes apontavam para a *Metrópole à Beira-Mar*. Viana (2012:cap. 1 e 2) abre uma frente de análise ao descrever as mudanças na geografia da cidade do Rio de Janeiro, que ocorreu principalmente no governo do prefeito Francisco Pereira Passos (1902/1906), com a destruição do Morro do Castelo. Até então, toda vida social da cidade ocorria no centro. Boa parte dos baianos que foram para a capital, após a libertação dos escravos, habitava essa região. A destruição do Morro permitiu a abertura de novas avenidas e a construção de pavilhões e palácios que abrigaram as inúmeras mostras dos avanços tecnológicos da época, destinados às comemorações do primeiro centenário da independência. Também foi aberto o Túnel Novo, entre Botafogo e Copacabana. Tais mudanças propiciaram o início de uma divisão social na cidade: os ricos começaram a povoar as praias da zona sul, enquanto os pobres tiveram de se dirigir para os bairros distantes do mar, na zona norte. O centro começou a ficar com cara de lugar de trabalho.

O Rio de Janeiro enfrentava problemas crônicos de precariedade de habitações, falta de água, saneamento e epidemias que a assolavam recorrentemente, mas o esplendor de Paris servia como farol para suas ambições. Finda a Gripe Espanhola, nada impediu que o Carnaval de 1919 explodisse num mar de confetes, serpentinas e ampolas de Rodo, com a conseqüente eclosão de bebês (Castro, 2019: 125/133).

A Imprensa brilhava e se distribuía por jornais e revistas, as mais das vezes revelando sua verve crítica à política e aos costumes tradicionais. No período de 1900 aos

anos 1930, a literatura breve ainda procurava romper os ferros da escravidão e não desenvolvera uma linguagem brasileira padrão. Seus melhores contos, porém, vieram de Machado de Assis (*Pai Contra Mãe*), autor que só morreu em 1908; dos estrangeirismos à moda de João do Rio (*O bebê de Tarlatana Rosa*), um autor onipresente na imprensa, no teatro e na literatura; de Lima Barreto, romancista sempre polêmico, com (*A Nova California e O Homem que Sabia Javanês*); e dos regionalismos gaúcho de João Simões Lopes Neto (*Contrabandista*) e paulista de Alcântara Machado (*Gaetaninho*). Não esquecer da tristeza da vida da *Negrinha* de Monteiro Lobato e da *Baleia*, cadela que Graciliano Ramos perpetuaria em *Vidas Secas* (Moriconi, 2000:17).

As mulheres começaram a mostrar brilho próprio e a se desfazer das amarras que as prendiam ao patriarcado. Na música erudita, Heitor Villa-Lobos compunha obras que recebiam as vozes de intérpretes de ponta, como a da diva Bidu Sayão. As gravações mecânicas da Casa Edison melhoraram a qualidade do som e, com isso, abriu-se uma avenida onde brilharam Ernesto Nazareth, Chiquinha Gonzaga, Anacleto de Medeiros e Catulo da Paixão Cearense (Faour, 2021:46 e ilustrações). Os intérpretes se multiplicaram, como Vicente Celestino, Aracy Côrtes, e Os Oito Batutas, que, em 1922, encantaram Paris com os choros de Pixinguinha.

À luz dos eventos que ocorriam na capital, Castro (2022: C4/C5) entende que a Semana de Arte Moderna de São Paulo, que ocorreu em fevereiro de 1922, não passou de um convescote da elite paulistana.

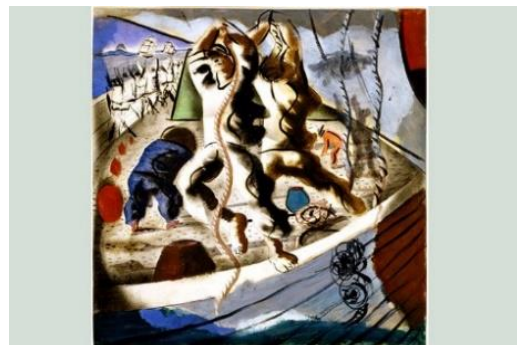
Em 1922, Oswald, Guilherme de Almeida, Tácito de Almeida, Candido Motta Filho e Rubens Borba de Moraes, filhos de ricas famílias cafeeiras e sem um único dia de trabalho em seus currículos, eram dândis ligados ao PRP (Partido Republicano Paulista), o braço político das oligarquias, liderados pelo então governador de São Paulo Washington Luiz. Coadjuvado pelo PRM (Partido Republicano Mineiro) conduziam a política do *Café-com-Leite*, onde 70% da população era analfabeta, não podendo votar, e as eleições eram viciadas.

Siqueira (2021: 8/10), ao contrário, vê na Semana de Arte Moderna a condição de marco original do movimento modernista no Brasil, que pretendia romper com o passado e seguir as tendências vanguardistas vindas da Europa. Em fevereiro de 1922, artistas, literatos e músicos ocuparam o palco do Teatro Municipal. “Foi um evento curto, eclético, sem programa estético definido e público limitado”.

É plausível a tese de Castro (2022: C5), que vê na Semana de Arte Moderna de São Paulo um evento provinciano de pouca relevância à época. Segundo ele, a Semana só teria saído das sombras do esquecimento cinquenta anos depois, quando a ditadura militar comemorou o sesquicentenário da independência. Por motivos de propaganda, o governo

Médici usou a data para gerar sentimentos ufanistas na esteira do *Brasil Grande*. É inegável, porém, a qualidade artística de Anita Malfatti (SP 1889/1964), Tarsila do Amaral (SP 1886/1973) e Lazar Segall (Lituânia 1889, SP 1957), por exemplo, que foram ventos vigorosos que vicejaram em São Paulo e enriqueceram a cultura brasileira.

Ilustrativamente, algumas obras refletem o ânimo da pintura brasileira da primeira metade do século XX. Sob a influência do muralistas mexicanos, Di Cavalcanti (RJ 1897/1976) voltou-se para a celebração do povo brasileiro miscigenado, da favela, do subúrbio. Seus painéis *Samba* e *Carnaval*, do começo dos anos 1930, adornam o salão de entrada do teatro João Caetano. Também muralista, Cândido Portinari (1903/1962) seguiu o caminho da modernidade, sem esquecer da denúncia a que se submetia o povo miserável. A *Descoberta da Terra* é de 1941 e está em Washington e *Os Retirantes*, de 1944, está na MASP. O Brasil que estava sendo inventado artisticamente era o país do Carnaval, da modernidade, da alegria que acabava na quarta-feira. Era aí que estava sendo construída a nacionalidade brasileira. Era disso que já falava *Baile à Fantasia*, de Rodolfo Chambelland (1913), que está no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.



4. O Brasil no Segundo Centenário de Independência em 2022

O tamanho da população não deixa dúvidas: o Brasil é um dos maiores países do mundo, ao passar dos cerca de 31 milhões de habitantes de 1920 para cerca de 203

milhões de 2022, segundo o novo Censo. Entre o primeiro e o segundo centenário, a população se multiplicou por 6,5. Crescimento demográfico e econômico coexistem com regiões modernizadas e com o atraso do Brasil profundo.

Os cem anos posteriores a 1922 não são fáceis de explicar. A sociedade se tornou mais complexa nas esferas econômica, política e cultural. Talvez se possa dividi-los em três momentos distintos. (I) O primeiro, que vai até 1964, foi de aprofundamento das tendências históricas. (II) O segundo momento, entre 1964/1985, representou uma guinada para um modelo autoritário de crescimento com concentração de renda. (III) O terceiro, a reconquista de espaços democráticos após o esgotamento do ciclo militar.

I. Já se viu que a virada para o século XX apontou para fortes modificações no panorama cultural da capital e do país. Modernidade era a palavra de ordem. Na literatura do fim do século XIX, um nome importante foi o de Afonso Arinos de Mello Franco, mineiro de Paracatu, que escreveu inúmeros contos em “Pelo Sertão”, que é considerado o marco inicial do regionalismo literário brasileiro e que influenciou o também mineiro Guimarães Rosa pela reprodução do linguajar local. Em 1900, ele lançou o livro “Unidade da Pátria”, que iniciou a discussão sobre os problemas da unidade e da diversidade na sociedade brasileira. Para impedir a fragmentação do território nacional, era fundamental defender uma centralização do poder nacional. Regionalizar equivaleria a entregar o poder político aos oligarcas locais, que preferiam contratar novos imigrantes a dar emprego ao povo local. Ser contra a imigração era visto, então, como estrada natural para preservar o povo mestiço contra estrangeiros interessados em manter sua cultura e língua, caminho rápido para a fragmentação geográfica..

Em 1926, houve um encontro da intelectualidade branca no Rio de Janeiro (o pernambucano Gilberto Freire, o paulista Sérgio Buarque de Holanda e o carioca Heitor Villa-Lobos, dentre outros) com músicos negros pobres (Alfredo da Rocha Vianna Filho, o carioca Pixinguinha, 1897/1973, e Ernesto Joaquim Maria dos Santos, o também carioca Donga, 1889/1974). O impacto da música dos dois mestres do samba em Gilberto Freire (1900/1987) fincou raízes profundas em suas análises. Tudo que veio depois da revolução derivada da edição de *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936) teve a ver com esses contatos entre intelectuais e músicos. A procura do *homem brasileiro* teve impulso. E, no centro dessa procura, estava a música brasileira.

Enquanto vários autores falavam da questão da unidade pela ótica da mestiçagem, que envolvia degeneração e necessidade de branqueamento, Gilberto Freyre, influenciado por Afonso Arinos, radicalizou a defesa do mestiço, ao defini-lo como a “não imitação”

do europeu puro. A definição da identidade nacional brasileira vinha da música (samba) e da mestiçagem, produtos de um novo homem. Um homem próprio para um grande país.

Para Gilberto Freyre e o francês Blaise Cendrars, a Modernidade brasileira teria vivido duas fases: a primeira, entre 1917/1924, confrontou o modernismo ao passadismo das elites; a segunda, entre 1924/1929, quando foi elaborada uma cultura nacional (Vianna, 2012: 95/105). Para avançar, era preciso deixar de cultuar o vanguardismo internacionalizante e tentar inventar uma imagem para o Brasil. Para conseguir uma ruptura radical com a tradição, era preciso cortar laços com os românticos *indianistas* e com os nacionalistas paulistas, que se identificavam com o gosto pelo *sertanejo*. Crítica foi feita a Macunaíma, que Mário de Andrade publicou em 1928. Mário enfatizava o homem rural, mestiço e de música sertaneja. De outra parte, era contra o “brasileiro espertalhão carioquisado”, com suas flautas, violões e saxofones, tocando seus maxixes.

Gilberto Freyre não estava só. Foi grande o desenvolvimento da literatura e da sociologia da época. Focados na realidade do país, pensadores enriqueceram a visão que o povo tinha de si mesmo. Uma lista incompleta inclui:

A cearense Rachel de Queiroz (1910/2003) com *O Quinze* (1930), onde retratou a seca de 1915 e a realidade dos retirantes nordestinos. O baiano Jorge Amado (1912/2002) com *Cacau* (1933), *Capitães da Areia* (1937) e *O Cavaleiro da Esperança* (1942), um escritor com forte atuação política, que se tornou universal a partir de romances que retrataram o proletariado de sua terra natal. O paraibano José Lins do Rego (1901/1957) com *Menino de Engenho* (1932) fez parte do modernismo da década de 1930 e também enfatizou o regionalismo e as consequentes críticas às questões sociais e políticas. O paulista Sérgio Buarque de Holanda (1902/1982) com *Raízes do Brasil* (1936), explorou a recusa à individualidade do *homem cordial*, um conceito mal entendido em seu sentido literal, e o inseriu no comportamento autoritário da família patriarcal. O alagoano Graciliano Ramos (1892/1953) com *Vidas Secas* (1938) e *Memórias do Cárcere* (1953). Sua escrita enxuta de pequenas sentenças, parca de adjetivos e advérbios, inovou a literatura dominante. Um estilo seco, como o sertão alagoano, trouxe simplicidade e profundidade ao romance regional brasileiro.

O gaúcho Érico Veríssimo (1905/1975) com *Olhai os Lírios do Campo* (1938), falou da ascensão social de um homem humilde, e *O Tempo e o Vento* (1949/1961), que contou a história gaúcha ao longo de duzentos anos de sua formação. O mineiro João Guimarães Rosa (1908/1967), estudioso da cultura popular, com *Sagarana* (1946) e *Grande Sertão: Veredas* (1956), um dos maiores nomes da modernidade linguística, com

sua escrita original e coloquial. A poeta carioca Cecília Meireles (1901/1964), com *Romanceiro da Inconfidência* (1953), com reflexões sobre seu tempo e que trataram de temas universais como amor, sofrimento e morte. O mineiro Carlos Drummond de Andrade (1902/1987) com *Sentimento do Mundo* (1940) e *A Rosa do Povo* (1945), poeta maior que retratou temas do cotidiano e do ambiente social e político do país.

Se é possível resumir toda a riqueza dessa época, que se diga que o povo brasileiro resultou de uma mistura anárquica de um europeu audaz, vindo de um pequeno e pobre país, com o escravo negro portador de uma forte presença na vida cotidiana. Ao longo de quase quatrocentos anos de convívio intenso e brutal, esses personagens foram amalgamando seus corpos e se influenciando culturalmente. O resultado, embora desprezado por um racismo visceral das elites, foi um largo passo para o advento de um novo homem, distante do europeu, mas adaptado ao Novo Mundo. Sua arte, sua música, sua dança, seu linguajar, foram apropriados pela intelectualidade branca do início do século XX. Um grande passo, mas não uma redenção. Um novo homem, mas inacabado.

As novas tecnologias das gravações da Casa Edson, em 1928, e particularmente da Rádio Nacional, do início da década de 1930, propiciaram a difusão da obra desse homem, com a consequente explosão de alegria do povo, que se identificou de pronto com os novos sons, agora repetidos pelas ondas do rádio. Logo ali na frente, começando em 1929, a Era de Ouro se instalaria com Chico Alves, Mario Reis, Silvio Caldas, Carlos Galhardo, Orlando Silva, Carmen Miranda, Ary Barroso, Noel Rosa e muitos mais. Foi dessa criatividade musical que aconteceram os primeiros passos de sua captura pela intelectualidade e pela política governamental, que centralizou o poder e superou as ameaças de divisões geográficas por parte dos estados mais ricos do Sul/Sudeste do país.

Também a partir de 1930 teve início a decolagem do desenvolvimento brasileiro, no dizer de Bresser Pereira (1987:29/36), quando o país começou sua Revolução Industrial, em boa medida pelos efeitos da Revolução de Trinta, que tirou o poder da oligarquia agrário-comercial que dominara a história brasileira por quatro séculos. Desde 1860, os cafeicultores começaram a atrair imigrantes contratando-os em regime misto de parceria e de pagamento de salário. O trabalho remunerado que já tinha cerca de setenta anos propiciou a formação de incipiente mercado interno, base para o passo no rumo da industrialização. Pela primeira vez, uma crise econômica mundial, como a Crise de 1929, não levou o Brasil a viver profunda depressão frente à queda no preço de seu maior produto de exportação. Antes ao contrário, a fragilidade do balanço de pagamentos representou uma barreira à importação de mercadorias estrangeiras e, conseqüentemente,

a possibilidade concreta de produzi-las internamente. Têxteis e produtos de consumo não-duráveis foram os primeiros da lista que, no futuro, iria aumentar muito.

Nova oportunidade surgiu ao final da Segunda Guerra Mundial. Em 1944, por meio do Acordo de Bretton Woods, foi instituída nova ordem econômica internacional, que fixou como seus objetivos a retomada do comércio internacional e o fortalecimento dos Estados nacionais. Para tanto, suas políticas foram direcionadas à determinação de taxas de câmbio administradas, taxas de juros fixas e controle dos fluxos financeiros internacionais de curto prazo. Os Estados Unidos, potência dominante, queriam acabar com a velha ordem colonial e abrir os portos a seus produtos. Essa política trouxe maior estabilidade ao comércio mundial, de que se aproveitaram economias avançadas, mas, também, países em desenvolvimento. O Brasil foi um dos mais aquinhoados.

Entre 1950/1961, houve uma política claramente determinada para a consolidação da indústria: a taxa anual real média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), foi de mais de 6% e a da produção industrial de 8% (Bresser Pereira, 1987:39). Contribuíram para tanto, a melhoria das relações de troca, como no preço do café, e as mudanças na política cambial. Getúlio criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952 e a Petrobrás em 1953. Outras transformações decisivas ficaram por conta do Plano de Metas do governo Kubitschek: o governo implantou as indústrias automobilística, construção naval, material elétrico pesado e máquinas e equipamentos, do que resultou a expressiva ampliação do setor de bens de capital. Expandiu-se a siderurgia, metais não-ferrosos, química pesada, petróleo e papel e celulose. O governo deu, ainda, incentivos à empresa nacional, vista como a perna frágil do *tripé* formado em parceria com as empresas estatais e com as de capital estrangeiro (Serra, 1982:75).

Visto como um todo, o período de pouco mais de dez anos que se seguiu à Segunda Guerra Mundial foi bastante dinâmico, seja em termos de crescimento do PIB, seja na produção industrial e nos investimentos. Reflexos desse desempenho se mostraram nas taxas de inflação e nas contas externas. Os dados de Bresser Pereira e Serra (1982:58) mostram que a indústria se consolidou como polo dinâmico da economia, a partir dos investimentos públicos puxados pelo governo. Não é de admirar que a inflação tenha se acelerado e as contas externas começassem a apontar para modificações significativas: crescimento nas importações e queda nas exportações, confirmando o *fechamento crescente* da economia, típico dos processos de *substituição de importações*.

A decisão de Juscelino de transferir a capital para o Planalto Central escancarou as portas de entrada da Modernidade no contexto nacional. Poucos foram os momentos

da História em que um grupo de profissionais – urbanistas, arquitetos, engenheiros e calculistas – teve a oportunidade de criar uma capital a partir do zero. E a equipe liderada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer se saiu com brilhantismo na tarefa. Um brilhantismo que veio de uma percepção da necessidade de lutar por melhores condições de vida e moradia para os trabalhadores. Assim ocorrera na Europa, de modo que a ascensão da classe trabalhadora inaugurou uma era de criatividade, que foi assimilada pelos profissionais brasileiros. Não foi por acaso que Oscar Niemeyer tenha se tornado o ícone desse período em que se pensou e se realizou grande.

A mesma volúpia pela busca do novo se mostrou no mundo da música. Castro (2015:69) fez uma extensa descrição dos sambas-canção, que brilharam aqui e lá fora. Nat King Cole, por exemplo, cantou Ninguém me Ama (de Antônio Maria e Fernando Lobo, 1952) e Suas Mãos (Antônio Maria e Pernambuco, 1958), em português e Frank Sinatra verteu para o inglês Manhã de Carnaval (Luiz Bonfá e Antônio Maria, 1959), que se tornou *A Day in the Life of a Fool* (Castro, *Folha*, 20.03.21).

A grande produção de bossa-nova se deu a partir dos anos 1960. Tom Jobim e João Gilberto não brilharam sozinhos, mas deram o tom do movimento. Num histórico show de bossa-nova nos Estados Unidos, em novembro de 1962, onde vários brasileiros se apresentaram, João Gilberto subiu ao palco munido apenas de um violão e cantou Samba de Minha Terra, Corcovado e Desafinado. Foi mais aplaudido por um pequeno número de músicos americanos, do porte de Miles Davis e Dizzy Gillespie, que pelo público em geral (Castro, 2020:325/6). As portas do mundo lhe foram abertas. Dois grandes discos foram gravados com o jazzista Stan Gets, *Gets/Gilberto*, que lhe renderam dois *Grammys* como cantor e violonista (idem:375/80). Em janeiro de 1967, após dois anos nos Estados Unidos fazendo televisão, apresentações pessoais e arranjos, Tom Jobim começou a gravação de um LP com Frank Sinatra. Com arranjos do alemão Claus Ogerman, Sinatra enfrentou Garota de Ipanema, Dindi, Corcovado, Meditação, Inútil Paisagem, Insensatez e O Amor em Paz. (Castro, 2020: 408/13).

Após tantos séculos absorvendo e adaptando a música estrangeira a seus próprios costumes, músicos brasileiros sofisticados se inseriram no movimento musical mundial, onde ganharam o destaque que se dá aos talentosos.

Enquanto a literatura breve dos Anos 1920/1930 ainda se debatia para encontrar um lugar na pós-abolição da escravatura, os contos dos anos do pós-guerra (1945/60) se tornaram modernos. A narrativa se tornou mais madura e a linguagem cotidiana dos

brasileiros educados ficou mais uniforme. O passado rural começou a desaparecer e a se tornar objeto mais de nostalgia que de rejeição (Moriconi, 2000:105).

Pode ser que o *passado rural* já estivesse se esvaindo naqueles anos, mas ele ainda aparecia com força. Em *Um Cinturão (1945)*, Guimarães Rosa descreve com cores fortes as surras que, sem culpa, um menino de quatro ou cinco anos tomou de um pai cruel e uma mãe omissa. Eles batiam porque podiam fazê-lo, porque *isto era natural*. O conto fala do sentimento do medo e do abandono que o acompanharão por toda a vida..

Os anos 1960 revolucionaram as narrativas curtas e falaram de nossa contemporaneidade urbana, agitada por conflitos psicológicos e sociais. Homens e mulheres se dilaceravam em conflitos de identidade. Não há mais lugar para a inocência, para o lirismo. O país cresceu e quer narrativas que retratem a crueza do mundo real.

É o que faz Clarice Lispector no seu conto *Amor (1960)*, onde Ana vive uma vida adulta relativamente confortável, ao lado de “um homem verdadeiro e filhos verdadeiros”, sem a felicidade que desejara, mas com raízes firmes nas coisas do mundo. Quem é Ana? Uma conservadora que se esconde do mundo e se assume como “mulher do lar”? Ela se refugia da Modernidade no atraso do patriarcalismo ou expressa as inquietações de uma mulher em transição para um mundo menos compreensível?

II. O sol brilhou antes que a noite da ditadura baixasse sobre os sonhos da nação. Depois, foram vinte e um anos que pretenderam conciliar forte crescimento econômico e concentração de renda com manutenção de formas atrasadas e autoritárias de poder político. Uma contradição insanável: de um lado, ela tinha uma visão estratégica que a fazia perseguir o objetivo de transformar o Brasil numa potência econômica; de outro, imaginava ser possível manter o povo num estágio político primitivo ao preço de criar uma classe média emergente com hábitos de consumo internacionais.

Num primeiro momento, foram realizados ajustes institucionais, destinados a dotar o sistema econômico de novos instrumentos de coordenação. Na sequência, passou-se a uma estratégia de aprofundamento do processo de substituição de importações, traço que marcou toda história econômica brasileira do século XX e que, em termos do objetivo de segurança nacional, se mostrava adequado por buscar diminuir a dependência do país com relação aos bens produzidos no exterior. Por isso, entre meados dos Anos 1960 e os anos 1970, o Brasil cresceu a taxas que hoje seriam chamadas de chinesas.

No Governo Geisel (1974/1979), em resposta à crise ocasionada pelo primeiro choque nos preços do petróleo, foi levado a cabo o II Plano Nacional de Desenvolvimento

(PND). Seu objetivo básico foi o de desenvolver uma indústria de insumos básicos e, com isso, completar o processo de industrialização nacional, que já contava com os setores de bens de capital e de bens de consumo (durável e não-durável).

Essa estratégia foi conduzida pelo Estado e, especialmente em relação ao aumento do endividamento externo, criou as bases que permitiram ao país enfrentar os choques do petróleo e prosseguir crescendo, até o choque de juros imposto por Paul Volker, que levou à crise da dívida externa e ao longo processo de sua negociação por que passaram países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, durante os Anos 1980.

Os avanços econômicos tiveram como contrapartida os recuos na esfera política e social. Incapazes de entender o processo de formação do homem brasileiro em busca da Modernidade, os militares bloquearam todas as manifestações que valorizassem a cultura nacional. A abominação do comunismo, que estava por traz dessas manifestações, bloqueou o ímpeto nacionalista do povo e o canalizou para tudo que viesse do mundo ocidental. Aqui, a contradição fica clara: a economia precisava ser a mais fechada possível, para que o país atingisse uma ampla soberania, mas o consumo conspícuo de produtos externos apontava para uma submissão do povo aos ditames do mundo exterior.

A violência política e social dos Anos 1970 despertou a revolta de uma geração, que se expressou numa literatura que deu um salto de qualidade com relação à década anterior. Para Moriconi (2000:281), ela se afirmou “como instrumento adequado para expressar artisticamente o ritmo nervoso e convulsivo desta década passional”. Muitos contos falam de violência, de paixão, de estranheza das coisas do mundo. Ali se encontram Raduan Nassar (*Aí pelas Três da Tarde*, p. 310-311), Clarice Lispector (*Felicidade Clandestina*, p. 312-314), Otto Lara Resende (*O Elo Partido*, p. 315/324), e Rubem Fonseca (*Feliz Ano Novo*, p.334/340). Enquanto a classe média brasileira se desenvolvia e se voltava ao consumo dos produtos importados, Moriconi (idem) atirava no centro do alvo:

Diante do consumismo e da internacionalização em que mergulha a classe média, a arte do conto busca trazer à tona o outro lado – o lado violento e obscuro da realidade. O contista brasileiro dos anos 70 quer desafinar o coro dos contentes.

Intelectuais revoltados com o atraso das instituições nacionais foram calados, de sorte a que as forças vivas da cidadania esmoreceram, em favor da criação de um indivíduo que se satisfiz apenas com um consumismo crescente a exemplo do que ocorria nas nações ricas. Deve-se especular se não foi aí, nesse período em que cidadãos se

tornaram consumidores e em que a política foi silenciada, que teria sido inoculado o vírus da discórdia e da autoalienação, que forçou o aparecimento do radicalismo de direita, que tanto mal tem causado ao Brasil no momento atual.

A força da música nacional não se perdeu, mas se tornou mais fluida. O Samba-Canção e a Bossa-Nova, perduraram por muitos anos, ainda que açoitados pela censura oficial, porque eles vinham de antes, de uma época em que o povo aprendeu a pensar por si mesmo e que perseguia a consecução de um plano de desenvolvimento nacional.

Apoio explícito, nos Anos 1960, foi dado pelo governo ao rock nacional, do tipo Jovem-Guarda, suficientemente anódino e ingênuo, que podia ser apresentado pela televisão a todas as famílias brasileiras nas tardes de domingo. Essa rebeldia não ia além de alguma insinuação de relações mais livres entre os jovens casais. Roberto também ficava bem na foto ao volante da máquina que esgrimia as curvas da estrada de Santos, ao lado de seu fiel amigo e escudeiro Erasmo. Muitas candidatas a musas cantavam o amor que sentiam pelo *Rei*.

Nem por isso a música deixou de se mover. Ela é um traço fundamental do caráter brasileiro, mas já se dividia em facções distintas. Alguns autores e intérpretes se acomodaram aos tempos, enquanto outros faziam música *participante*, assim entendida a necessidade de voltar ao *samba do morro* para fugir à *influência do jazz*, como quis Carlos Lyra. Em 1964, um show no Teatro Opinião do Rio de Janeiro, em coprodução com o Arena de São Paulo, apresentou Nara Leão, Zé Kéti e João do Vale, onde *morro e campo* eram os temas preferenciais da arte engajada (Worms/Costa, 2002:87/88).

A verdade é que uma grande geração de músicos amadurecia à medida que a ditadura avançava. Caetano, Gil, Gal e Betânia experimentavam instrumentos do *rock* para compor canções-manifesto na *Tropicália*, que buscava, segundo Caetano, se opor à sofisticação da Bossa Nova. Chico Buarque tentava driblar a censura e aprovar suas músicas de protesto, algumas em parceria com Edu Lobo. Na Bahia, sempre lá, ainda hoje estão vivos vários blocos afros: *Olodum*, *Muzenza*, *Ara Ketu* e *Ilê Aiyê*, que têm objetivos mais ambiciosos e guardam as ancestrais raízes da música negra.

Vianna (2012: 144) faz diagnóstico severo da enorme mistura em que se manifesta a música brasileira daí para frente:

Não há um projeto de ‘nacionalização’. Nem uma complexa rede de relações transculturais, como a que produziu a transformação do samba em música nacional por volta de 1930, na base dessas novas fusões. Salvo engano, o que parece existir é uma multidão de grupos diferentes com projetos culturais diferentes, sem preocupação com unidades de qualquer espécie.

Seria possível algo do gênero, quarenta ou cinquenta anos após o nacionalismo varguista? Uma parte do segmento musical se auto alienou a partir da globalização neoliberal, mas quantos terão permanecido fieis ao velho passado nacionalista?

III. A Nova República assumiu o poder em 1985 quando o modelo econômico da ditadura já havia se esgotado. Demandas reprimidas por direitos humanos vieram à tona, como não poderia deixar de ser, mas já num momento de exaustão e empobrecimento do país. Daí em diante, o desenvolvimento das instituições políticas foi marcante: houve um retorno expressivo à liberdade e respeito à alternância constitucional nos cargos públicos. Não foi reencontrado, porém, o caminho do crescimento rápido. Desequilíbrios externos e internos geraram crises cambiais recorrentes e surtos hiperinflacionários, que condenaram o país a um crescimento do tipo *stop-and-go* (*voo de galinha*). Na política, dois *impeachments* presidenciais marcaram a ferro-e-fogo quaisquer pretensões políticas.

5. Considerações Finais

Três questões sintetizam o objetivo do texto: a formação econômica do Brasil; a integração social do país; e as comemorações dos centenários.

I. O primeiro ponto foca as diferentes forças que atuaram na formação e no desenvolvimento econômico do Brasil. Nos trezentos anos que vão de 1500 a 1822, o Brasil se tornou a colônia mais rica do mundo, mas toda a riqueza gerada no açúcar, no ouro e no café era apropriada no exterior, devido à prática de uma agricultura de base escravocrata (*plantation*) que inibiu as poucas tentativas de crescimento econômico. Nos cem anos seguintes ao Grito da Independência, 1822/1922, o crescimento foi lento em sua primeira metade, ainda por conta da mão-de-obra escrava. Uma abordagem materialista explica o desenvolvimento brasileiro a partir do segunda metade do século XIX, quando chegaram levas de imigrantes europeus. Eles vieram em condições melhores do que as primeiras tentativas de imigração. O impulso econômico na virada para o século XX veio daí, da superação de uma economia escravocrata para uma economia monetária de produção, que estimulou a aceleração do processo de industrialização, por conta dos impactos comerciais derivados da Grande Guerra de 1914-1918 e da Crise de 1929.

II. A segunda questão mostra alguns fatos importantes. Brancos e negros começaram a se integrar, apesar da brutalidade no desnível de suas relações. Suas interações se deram na esfera da cultura: música e dança, particularmente. Foi daí que as aproximações evoluíram para uma miscigenação sexual e artística. Lenta, mas consistente. Na virada

para o século XX, nomes importantes na literatura iniciaram a discussão sobre os problemas da unidade e da diversidade na sociedade brasileira. Para impedir a fragmentação do território nacional, era preciso defender uma centralização do poder nacional. Regionalizar equivaleria a entregar o poder político aos oligarcas locais, que preferiam contratar novos imigrantes a dar emprego ao povo da terra

III. Uma foto que se tirasse do Primeiro Centenário mostraria uma aceleração do desenvolvimento do país. A capital da República, que já passava da marca de um milhão de habitantes, se preparou para o centenário, derrubando morros e abrindo avenidas de modo a festejar o evento. Havia otimismo e esperança, apesar da pobreza da população.

O segundo centenário foi bem mais complexo. Entre 1922/1964, houve um período de eventos relevantes. As marcas desse período foram a aceleração do desenvolvimento industrial e a invenção de um homem brasileiro. O Samba e o Carnaval marcaram o caráter desse povo ingenuamente alegre. Era bom ser brasileiro. Entre 1964/1985, porém, o país foi dominado por uma ditadura militar que trazia em si uma contradição insuperável: modernização conservadora na economia, mas reacionarismo na política e na cultura. Todo estímulo foi dado a uma classe média emergente, deliberadamente induzida ao consumismo e à alienação política.

Finalmente, após 1985, uma redemocratização difícil, que testou a higidez das instituições nacionais. O Brasil já tinha iniciado um processo assustador de regressão econômica e política. Toda a pulsão dinâmica da fase industrialista parecia ter-se esgotado. Discutem-se pautas de costumes progressistas no campo das identidades, mas consensos ainda estão distantes. Foi expandido o comércio de armas para o próprio povo se defender. De quem? Discute-se o combate à corrupção, mas sem deixar claro que o caminho para mantê-la sob controle é o do fortalecimento das instituições. Desmontaram-se instituições estatais de fiscalização e controle, o que facilitou a ocorrência de atos ilegais. O caso do meio ambiente é paradigmático, por suas implicações globais. Pautas de caráter universal, como os desequilíbrios de renda e riqueza e combate à pobreza foram tratadas como questões assistenciais, nunca como problemas estruturais. Ficou evidente a falta de um projeto nacional de desenvolvimento.

Houve comemoração do bicentenário? Praticamente, não. Prevaleceu a consciência de que o país estava dilacerado por seus desencontros. Ódios se arraigaram, apontando para uma fragmentação social até então desconhecida. 2023 marca um novo começo. Ele servirá de farol para conformar o tricentenário, em 2122?

Referências bibliográficas

- Bresser Pereira, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil – 1930-1983*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 15ª. Edição, 1987 [1968].
- Bueno, Eduardo. *Dicionário da Independência. 200 Anos em 200 verbetes*. Porto Alegre: Editora Piu, 2020.
- Castro, Ruy. *Metrópole à Beira-Mar- O Rio Moderno dos Anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, Editora Schwarcz S.A, 2019.
- _____. *A Vanguarda Oficial*. Folha de São Paulo, 6.02.2022. Caderno Ilustríssima 22+100, p.C4/5.
- Cheuiche, Alcy. *A Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Edições BesouroBox Ltda, 2022.
- Didier, Carlos. *Negra Semente, Fina Flor da Malandragem, Samba Batucado do Estácio de Sá*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 2022.
- Faour, Rodrigo. *História da Música Popular Brasileira - Sem Preconceitos*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record Ltda, 2021.
- Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 5ª. Edição, 1963[1959].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. *Brasil: 500 Anos de Povoamento*. Rio de Janeiro, Janeiro de 2000.
- Gomes, Laurentino. *1808*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- _____. *1822*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Participações, 2010.
- Mãe, Valter Hugo. *As Doenças do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2021.
- Moriconi, Ítalo. *Os Cem Melhores Contos Brasileiros do Século*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2000.
- Prado. Jr, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 37ª. Edição, 1970 [1945].
- Serra, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra*. In: Belluzzo, Luiz Gonzaga & Coutinho, Renata. *Desempenho Capitalista no Brasil, Ensaios sobre a Crise*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1982, p. 59/121.
- Siqueira Vera Beatriz. *Arte do Brasil – Anos 20 a Anos 40*. Rio de Janeiro: Barléu Edições Ltda, 2021.
- Vianna, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2ª. Edição, 2012 [1995].
- Worms, L.S. & Costa, W.B-Wella. *Brasil Século XX ao Pé da Letra da Canção Popular*. Curitiba: Nova Didática Editora, 2002.